

BOAS PRÁTICAS



Integridade em meio à emergência sanitária

Estudo reúne recomendações para preservar a qualidade da avaliação de artigos científicos na sofreguidão da pandemia

Um estudo publicado por pesquisadores da Espanha, da Dinamarca e do Canadá na revista *Nature Human Behaviour* mostrou que as revistas científicas levaram em média apenas seis dias para avaliar e aceitar para publicação artigos sobre a Covid-19 nas 12 primeiras semanas da pandemia, em um esforço sem precedentes para gerar resultados rápidos capazes de atenuar os efeitos da emergência sanitária. Esse processo, que envolve análise feita pelos editores e por pesquisadores especializados no tema dos artigos, demorava em média 100 dias em tempos normais. O grupo debruçou-se sobre o conjunto de *papers* incluído na base de dados Pubmed entre 30 de janeiro e 23 de abril e contabilizou a publicação em periódicos de 367 artigos sobre a doença a cada semana.

Liderado pelo hepatologista Jeffrey Lazarus, do Instituto de Saúde Global da Universidade de Barcelona, o estudo declara preocupação com os prejuízos que essa velocidade pode produzir na credibilidade da ciência, quando artigos com erros ou fraudes são inadvertidamente publicados. O site Retraction Watch contabiliza 30 estudos sobre a Covid-19 que foram retratados por revistas científicas ou removidos de repositórios de *preprints*, um número pequeno em um universo de mais de 40 mil trabalhos publicados, mas com potencial para causar ruídos. Para reduzir riscos e danos, Lazarus e seus colegas propõem um roteiro de recomendações dirigido a pesquisadores, editores de revistas e autoridades. Uma das sugestões é a utilização de *checklists* que permitam aos editores avaliar a robustez da metodologia ou da análise estatística das pesquisas a fim de verificar se os resultados apresentados fazem sentido ou são compatíveis com a proposta original do trabalho. Essas listas de controle não são uma novidade, mas os autores veem indícios de que elas não estão sendo observadas em toda a sua extensão na análise rápida de manuscritos durante a pandemia.

A iniciativa Strobe (sigla em inglês para Fortalecendo os Relatos de Estudos Observacionais em Epidemiologia) é um exemplo a ser valorizado, segundo o grupo de Lazarus. Criada em 2009 pela Universidade de Berna, na Suíça, fornece uma relação de informações sobre o desenho da pesquisa que os responsáveis por estudos epidemiológicos precisam apresentar para que os revisores tenham confiança na qualidade dos resultados, tais como os critérios para a seleção de participantes, a descrição de métodos estatísticos e os esforços empreendidos para prevenir vieses. Outro exemplo é a Consort (sigla para Padrões Consolidados para a Comunicação de Ensaio), essa talhada para o monitoramento de resultados de ensaios clínicos.

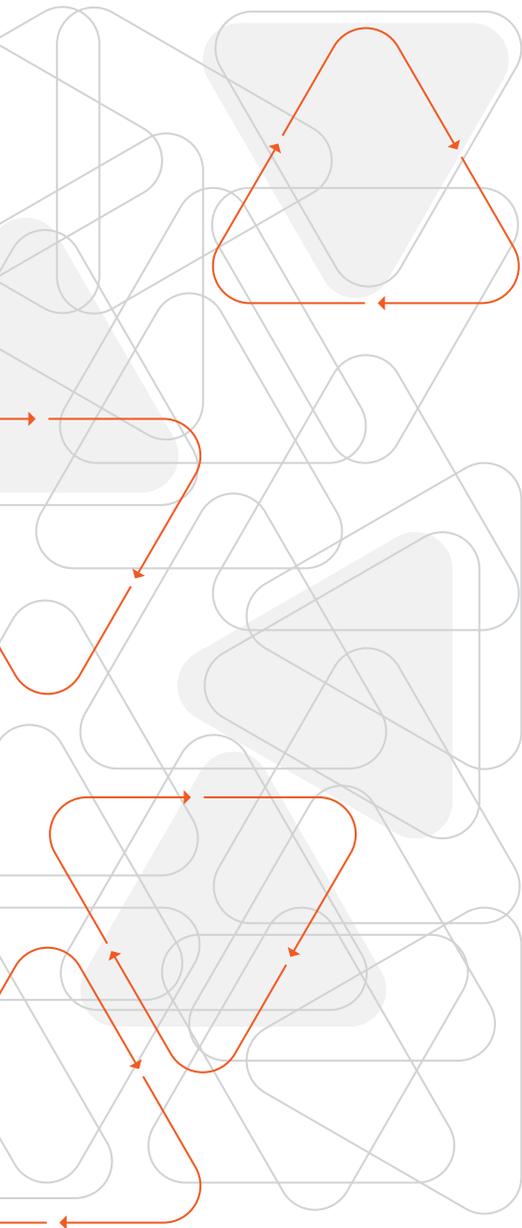
A Associação Europeia de Editores de Ciência lançou em abril uma declaração pública sobre os cuidados necessários no processo de revisão de artigos sobre a pandemia. Entre as sugestões, propõe a incorporação nos *papers* de uma declaração dos autores expondo as limitações de seus achados – quando se baseiam em modelagem computacional e não em estudos com seres vivos ou quando são lastreados em um número pequeno de pacientes, por exemplo – e também recomenda que os dados brutos que embasam os estudos sejam disponibilizados.

A seleção dos pesquisadores incumbidos de analisar os artigos é outro ponto vulnerável, de acordo com o trabalho: é necessário garantir que os revisores estejam preparados para fazer uma análise rápida e ao mesmo tempo rigorosa. A boa notícia é que há ferramentas que já demonstraram

eficiência para o treinamento de pareceristas com pouca experiência, como o COBPeer, que utiliza os *checklists* previstos pela iniciativa Consort. “O desafio de disseminar um grande volume de pesquisas no contexto de uma emergência de saúde global deve ser reconhecido como um apelo a um pensamento inovador e à implementação de soluções que garantam a confiança contínua no processo de publicação científica”, escreveram Lazarus e seus colegas. “As lições aprendidas poderão enriquecer a publicação científica de maneira mais ampla nos próximos anos.”

O grupo também sugere investimentos na curadoria de informações científicas sobre a Covid-19 e cita projetos que mereceriam ser incentivados, como bancos de dados que reúnem milhares de artigos relevantes sobre o novo coronavírus. Um exemplo é a LitCovid, criada pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos, que reúne mais de 30 mil trabalhos publicados e permite fazer buscas por categoria (estudos de caso, cenários, prevenção etc.) e por país mencionado em cada manuscrito. Outro é o banco de dados sobre o novo coronavírus da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reúne mais de 40 mil trabalhos. Também há iniciativas que buscam avaliar e sintetizar o conhecimento acumulado sobre a doença, como a da Biblioteca Cochrane, que criou uma seção sobre a Covid-19 com análises e revisões sobre artigos publicados, e a da Escola de Saúde Pública Bloomberg Johns Hopkins, que reuniu um time de 40 especialistas para fazer uma análise aprofundada de estudos com resultados promissores ou que estejam recebendo muita atenção da imprensa e das mídias sociais.

Outras iniciativas estão a caminho. A editora MIT Press anunciou a criação de uma nova revista científica, a *Rapid Reviews: Covid-19*, dedicada a produzir resenhas de *preprints* sobre o novo coronavírus, com o objetivo de destacar pesquisas de impacto e apontar aquelas que têm erros ou vieses. Os *preprints* são trabalhos ainda não submetidos a revisão por pares, cujos resultados ainda preliminares são divulgados em repositórios públicos para que sejam analisados e criticados por outros especialistas – na pandemia, milhares desses trabalhos sobre o novo coronavírus foram disponibilizados. “Os *preprints* são um tremendo benefício para a comunicação científica, mas trazem alguns perigos, como vimos com alguns exemplos baseados em métodos defeituosos”, afirmou Nick Lindsay, diretor de periódicos da MIT Press, ao site StatNews. A nova revista vai utilizar um sistema de inteligência artificial desenvolvido no Laboratório Nacional Lawrence Berkeley para categorizar os *preprints* por disciplina e grau de novidade. ■ Fabrício Marques



Limites para a reciclagem de textos

Um grupo de pesquisadores de seis universidades dos Estados Unidos está analisando até que ponto um autor pode reutilizar trechos de sua produção acadêmica prévia em novos trabalhos sem ser acusado de plágio. Não se espera, contudo, que o esforço colaborativo produzirá um conjunto de padrões a serem seguidos por todo mundo. Uma das primeiras constatações da iniciativa, batizada de Projeto de Pesquisa sobre Reciclagem de Textos e financiada pela agência National Science Foundation, é que a percepção sobre o que é aceitável varia entre as disciplinas. “Essa prática é mais comum do que geralmente se admite, em especial nas ciências médicas e naturais, em que algumas vezes é até tacitamente esperada”, explicou Cary Moskovitz, professor do programa de escrita científica da Universidade Duke e coordenador do projeto, em um texto em seu perfil no site da universidade.

Em um estudo publicado pelo grupo na revista *Learned Publishing*, foram entrevistados 21 editores de revistas científicas de diversas disciplinas e apenas três deles foram categóricos em não tolerar nenhum tipo de reaproveitamento de texto em artigos. Os outros 18 informaram que, a depender do contexto e da quantidade de trechos reutilizados, não se incomodam com a prática – desses, cinco disseram que algum tipo de reciclagem chega a ser inevitável.

Mas há consenso de que apresentar conteúdo reciclado como novidade

de constitui má conduta. Se os trechos autorreferentes estiverem nas seções de um artigo em que se espera originalidade, como discussão, interpretação de dados e conclusões, o risco de isso ser considerado impróprio é grande. O que já não acontece quando um autor toma emprestado pedaços de trabalhos anteriores para explicar metodologias ou para descrever conjuntos de dados, que servem como pano de fundo para os achados.

Mesmo em casos considerados justificáveis, 15 dos editores entrevistados exigem que os trechos sejam reescritos de forma a não ficar idênticos, a fim de evitar acusações de má conduta e prevenir processos por violação de direitos autorais movidos pelas revistas que publicaram os trabalhos anteriores.

Na avaliação de Moskovitz, reescrever um trecho para dizer exatamente a mesma coisa não é uma estratégia razoável. Em um webinar sobre autoplágio de que participou em junho, ele afirmou que esse tipo de edição, além de desperdiçar tempo, dificulta a tarefa de compreender o quanto a linha de pesquisa de um autor realmente evoluiu ao longo do tempo e o que mudou de um artigo para o seguinte. Segundo ele, em vez de dizer a estudantes e pesquisadores para não reciclar textos porque há algo de não confiável e enganoso na prática, seria mais adequado fazê-los refletir sobre o quanto isso resulta em prejuízo para a integridade científica em cada situação específica.

Nomeação cancelada após escândalo

O Instituto de Medicina Molecular de Veneto, em Pádua, Itália, cancelou a nomeação do geneticista Pier Paolo Pandolfi para a posição de diretor científico, depois da renúncia em massa dos membros do conselho consultivo científico da instituição em protesto contra a escolha. Em maio, Pandolfi foi indicado para o cargo pela fundação que mantém o centro sem que o conselho consultivo fosse ouvido, como determinam os estatutos da entidade.

Tão logo foi nomeado, passaram a circular relatos na Itália sobre as razões que levaram Pandolfi a se afastar da direção

de um prestigioso centro dedicado a estudos genéticos sobre câncer da Universidade Harvard, o Beth Israel Deaconess Medical Center (BIDMC), em Boston, em dezembro de 2019. Pandolfi deixou os Estados Unidos após ser acusado de assédio sexual e de alterar imagens em 13 artigos científicos. “Deveriam ter investigado melhor o nome antes da indicação”, disse o bioquímico israelense Aaron Ciechanover, ganhador do Nobel de Química de 2004, um dos integrantes do conselho que renunciaram.

Pandolfi nega a adulteração de imagens, mas admite o assédio. “Foi o maior

erro de minha vida, mas foi algo romântico, não sexual”, disse, segundo a revista *Nature*. A pesquisadora assediada, uma estagiária de pós-doutorado cujo nome foi mantido em sigilo, disse que Pandolfi se declarou para ela em 2018 e, a partir de então, passou a enviar e-mails e a provocar encontros para reiterar que estava apaixonado. Ela insistiu em manter a relação em nível profissional, em vão. “Foi horrível, embaraçoso e eu não conseguia trabalhar”, disse a pesquisadora, ao denunciar o caso ao centro em abril de 2019. Na ocasião, ela deixou de trabalhar diretamente com Pandolfi.